

PLANO DE AULA

I – Dados de Identificação

Disciplina – **Didática** (para curso de Magistério)

Ano letivo – 2006

Professora Marlene Lucia Siebert Sapelli

Tema: **O Projeto Político Pedagógico e a Didática**

II – Objetivos

a) Geral

- Analisar a construção do Projeto Político Pedagógico a partir do contexto das políticas educacionais e perceber as possibilidades de ação na perspectiva de tornar a escola instrumento da luta de classes.

b) Específicos

- Perceber os pressupostos legais do Projeto Político Pedagógico.
- Identificar os marcos conceitual, procedimental e situacional que compõem o Projeto Político Pedagógico, percebendo os aspectos relevantes no seu processo de consolidação.
- Analisar a relação existente entre os diferentes elementos que compõem o Projeto Político Pedagógico de uma escola de Educação Básica e as práticas consolidadas.
- Utilizar, corretamente, a língua padrão para produzir texto dissertativo sobre a temática discutida.

III – Conteúdo programático

1. O Projeto Político Pedagógico
 - 1.1. O contexto das políticas educacionais
 - 1.2. A construção do Projeto Político Pedagógico como ato político coletivo
 - 1.3. Pressupostos legais do Projeto Político Pedagógico
 - 1.4. Elementos componentes do Projeto Político Pedagógico

IV– Encaminhamentos metodológicos

- Serão feitas leituras prévias do texto introdutório e do texto complementar (em anexo) que serão disponibilizados para os alunos com antecedência.
- Far-se-á uma aula dialogada sobre diferentes aspectos da temática, inicialmente, problematizados no texto introdutório e no complementar.
- Em seguida haverá a aplicação da Philips 66. Os alunos serão numerados de 1 a 6 e num primeiro momento se reunirão com todos os componentes da turma que tiverem o número igual para discutirem os textos e fazerem

anotações sobre suas compreensões. Em seguida, formarão grupos com elementos numerados de 1 a 6 e socializarão as conclusões do seu grupo de origem e levantarão dúvidas que serão sanadas numa discussão com o grupo todo da sala, mediados pelo professor.

- Após o trabalho de discussão os alunos escolherão uma escola de Educação Básica para conhecer o Projeto Político Pedagógico da mesma e para analisar a relação existente entre os diferentes elementos que compõem o Projeto Político Pedagógico e as práticas consolidadas. Para realizar a análise poderão entrevistar os educadores da instituição em questão, bem como a comunidade ou poderão realizar observações. O relatório analítico será feito em equipes de três pessoas, no máximo.

- Num seminário de encerramento serão apresentados e discutidos os resultados da pesquisa.

V – Textos

a) Introdutório

SAPELLI, Marlene Lucia Siebert Sapelli. **Projeto Político Pedagógico: a serviço de quem?** 2006 (mimeo).

b) Complementar

VEIGA (1995, p 11 a 35)

VI – Avaliação

A avaliação será feita por meio da análise do relatório produzido para registrar as conclusões sobre as observações feitas quanto à relação existente entre os diferentes elementos que compõem o Projeto Político Pedagógico de uma escola de Educação Básica e as práticas consolidadas. Considerar-se-á a capacidade de síntese dos alunos e de estabelecer relações com as discussões feitas em sala de aula.

VII – Referências

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Informações básicas.** Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2000.

BANCO MUNDIAL. **¿ Qué es el ?** Disponível em <http://www.bancomundial.org/queesbm.htm> Acesso em 30 de julho de 2002.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Planejamento da educação no Brasil – novas estratégias em busca de novas concepções. In. KUENZER, Acácia; CALAZANS, Maria Julieta Costa e GARCIA, Walter. **Planejamento e Educação no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FEIGES, Maria Madselva. **A construção do Projeto Político Pedagógico**. Caderno Pedagógico número2. Curitiba: APP/Sindicato, março de 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

NOGUEIRA, Francis Mary G. **Ajuda externa para a educação brasileira: Da USAID ao Banco Mundial**. Cascavel : Edunioeste, 1999.

PARANÁ. CADEP (Coordenação de Apoio à Direção e Equipe Pedagógica). **A construção coletiva do PPP**. Disponível em www8.pr.gov.br/portals/portal/cadep/projeto_construcao2005.pdf Acesso em 10 de setembro de 2006.

SAPELLI, Marlene Lucia Siebert Sapelli. **Projeto Político Pedagógico: a serviço de quem?** 2006 (mimeo).

VALENTE, Ivan. **Plano Nacional de Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político pedagógico da escola: uma construção coletiva. In. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político Pedagógico da escola – uma construção possível**. Campinas/SP; Papyrus, 1995

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: A SERVIÇO DE QUEM?

Marlene Lucia Siebert Sapelli¹

Recusando-se à discussão sobre o caráter “neutro” ou “revolucionário”, afirma o autor que a “possibilidade do planejamento é dada pelo caráter mesmo das relações de produção e portanto sociais que fundam o sistema”, e assim sendo, “o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital”; fica, portanto, claro que “não é o planejamento que planeja o capitalismo, mas que é o capitalismo que planeja o planejamento” (Oliveira *apud* CALAZANS, 1999, p. 13).

É, justamente, essa afirmação que nos inspira a iniciar o texto buscando os determinantes maiores e mais complexos da construção de um Projeto Político Pedagógico. Discuti-lo implica em refletir de forma contextualizada as ações que planejamos enquanto escola. Planejar é pensar metodicamente a ação. É refletir sobre a ação, é organizar a ação para tornar possível atingir os objetivos. Um dos erros mais comuns é entender o planejamento como uma ação específica da escola, enquanto instituição isolada ou como decisão advinda da vontade do grupo de profissionais que ali trabalham, dirigidos por um grupo de especialistas que determinam a direção a ser tomada. Não podemos conceber o ato de planejar de forma tão restrita e

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá.

isolada. Se assim procedermos, também atribuiremos a responsabilidade pelos resultados obtidos, única e exclusivamente, aos profissionais que atuam em cada unidade escolar.

Precisamos aguçar nosso olhar e perceber a amplitude das ações articuladas no interior das escolas. Planejar a ação da escola antecede a própria criação de cada escola. A educação formal como um todo é planejada, em primeiro lugar, a partir do projeto de sociedade que está em andamento, ou seja, a escola na sociedade capitalista, em geral, é organizada para atender às demandas dessa sociedade. Não temos neutralidade ao planejarmos as ações da/na escola. O planejamento está sempre pautado em interesses sociais, políticos, econômicos, ideológicos e outros. O planejamento da forma e do conteúdo da escola tem sempre uma intencionalidade. Além dessa intencionalidade, no planejamento da/na escola, consideremos também que ela sempre foi planejada de forma diferente para as diferentes classes sociais.

Não podemos compreender esta dinâmica de forma mecanicista. A escola também pode ser organizada como espaço de contradição, ou seja, ao mesmo tempo que executa o projeto capitalista pode representar um esforço de ruptura com a mesma. Nesta perspectiva, ao planejar, as primeiras questões que precisaríamos responder seriam: que tipo de homem podemos ajudar a construir? Que tipo de sociedade queremos? Que objetivos nortearão nosso trabalho?

Mas não é tão simples assim. Para organizar a educação formal não há descaso, como às vezes pensamos. Algumas instituições centralizam a definição de diretrizes para que se consolide o projeto de escola capitalista. Entre elas temos, principalmente, o Banco Mundial², o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)³ e a UNESCO. Como país dependente que ainda somos e com os acordos firmados, especialmente, com os dois primeiros, para financiar projetos na área educacional, principalmente, a partir da década de 60⁴, acabamos por receber as diretrizes dos mesmos como se fossem axiomas a serem seguidos. Para reforçar tal relação, temos em andamento um processo de mundialização do capital que submete, praticamente, todos os setores da vida do país aos interesses dos países centrais, inclusive a educação formal.

As diretrizes que seguimos, hoje, para a educação formal têm seu marco na Conferência Mundial de Educação para Todos, realizada, na Tailândia, em 1990 e ratificadas em 2000 na Conferência de Dakar. Da Conferência da Tailândia, participaram delegados de 155 países, entre eles o Brasil. Na Declaração aprovada na Conferência, foram estabelecidos os seguintes objetivos (UNICEF, 1991, p 3 a 9):

Artigo 1 – Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem (todos na Escola);

² BIRD é o nome oficial do Banco Mundial. Foi criado juntamente com o Fundo Monetário Internacional, em 1944, na Conferência de Bretton Woods e começou a operar em 25/06/1946. Hoje, 184 países são membros do grupo do Banco Mundial. O Brasil fez adesão ao grupo em 14/01/1949 (Banco Mundial, 2002).

³ O Banco Interamericano de Desenvolvimento é uma instituição financeira internacional, criada em 1959, para ajudar a acelerar o desenvolvimento econômico e social da América Latina e do Caribe. Está sediado em Washington (Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2000, p. 3)

⁴ Ver NOGUEIRA, 1999.

Artigo 2 – Expandir o enfoque (não só colocar todos na Escola, mas rever currículos, estrutura...);
Artigo 3 – Universalizar o acesso à educação e promover a equidade (educação como redentora);
Artigo 4 – Concentrar a atenção na aprendizagem (abordagens ativas e participativas);
Artigo 5 – Ampliar os meios e o raio de ação da educação básica (novas modalidades, especialmente, o ensino a distância);
Artigo 6 – Propiciar um ambiente adequado à aprendizagem (nutrição, cuidados médicos, apoio físico e emocional);
Artigo 7 – Fortalecer as alianças (especialmente com a família e a comunidade);
Artigo 8 – Desenvolver uma política contextualizada de apoio (nos setores social, cultural e econômico);
Artigo 9 – Mobilizar recursos (públicos, privados e voluntários);
Artigo 10 – Fortalecer solidariedade internacional (buscar recursos na comunidade mundial).

As diretrizes internacionais não são simplesmente transplantadas para nossa realidade. Há uma cumplicidade interna, mas sempre sem se perder como diretriz central o projeto de escola capitalista. Podemos confirmar, que antes do planejamento se efetuar na escola temos outras instâncias de planejamento que o antecedem: no âmbito internacional, no MEC, nas Secretarias Estaduais e Municipais de Educação.

Uma das tarefas que o Brasil recebeu na Conferência da Tailândia foi rever seu Plano de Ação para os dez anos seguintes. E, assim, em 1993, o Brasil publicou o Plano Decenal de Educação para Todos, no qual ratificou os objetivos previstos na Conferência de 1990. Depois, cada estado, cada município e cada Escola também elaboraram seus Planos Decenais. Houve, assim, a partir de diretrizes internacionais, um planejamento interno que atingiu, desde a esfera federal até a Escola.

De 96 em diante, desencadearam-se também novas e importantes discussões sobre o planejamento das políticas educacionais para o Brasil. Houve nesse processo a contraposição de dois projetos: do governo FHC e da sociedade civil. Em 9 de janeiro de 2001, publicou-se o novo Plano Nacional de Educação⁵ que substituiu o Plano Decenal. O que percebemos no novo Plano foi a ratificação dos compromissos assumidos na Conferência de 1990 por meio de uma reavaliação, redefinição e rearticulação de estratégias em função dos novos contratos com os financiadores internacionais. Novamente, constatamos o planejamento das políticas educacionais brasileiras a partir de diretrizes externas. A partir do PNE/2001, desencadeou-se um processo, ainda em andamento (alguns já concluídos), de construção de novos planos Estaduais e Municipais de Educação.

Essas constatações devem nos fazer perceber a relação entre o universal e o particular, pois os projetos e as metas que estão nos nossos PPPs respondem às diretrizes dos organismos internacionais. São exemplos disso nos últimos anos: as transformações do ensino profissional, as mudanças nas matrizes curriculares, os processos de aceleração de estudos, o modelo de gestão, dentre outros.

Um dos erros que cometemos é pensar que não há continuidade nos programas/projetos educacionais na troca de governos. Em geral, as políticas

⁵ VALENTE, 2001.

educacionais não são políticas de governo, mas de Estado, e de um Estado submisso aos interesses hegemônicos. Há, sim, um processo de continuidade/descontinuidade, e o que muda, em geral, são projetos pontuais, mas a direção *liberal* no planejamento de tais políticas se mantém.

Planejamento da/na Escola

Quando compreendemos as instâncias/pactos que precedem o planejamento no âmbito da escola, percebemos que muitas coisas são determinadas fora desse espaço, mas que tal determinação não é explícita e nem finalista. Para mascarar tal determinismo, apregoa-se a gestão democrática e anuncia-se a autonomia da Escola para construir seu Projeto Político Pedagógico. Há, sim, um espaço de autonomia possível, mas muito limitado para se construir um projeto de contraposição à sociedade capitalista.

Assim, o planejamento pode até ocorrer **na** Escola, mas não é, em geral, **da** Escola. No âmbito da Escola, são realizados vários tipos de planejamento; porém, todos estão profundamente articulados e em consonância com o projeto majoritário de sociedade capitalista, com diretrizes explicitamente definidas internacionalmente, mas redefinidas e disseminadas nacionalmente. Há, assim, o anúncio de uma falsa autonomia da Escola para construir e definir seu planejamento. Apesar disso, como afirmamos no início do texto, é preciso construir o espaço de contradição.

Nesse sentido não podemos falar em Escola, mas escolas. Em alguns espaços há elementos para a superação, em outros apenas para execução alienada do projeto majoritário. Apesar dos limites impostos pela necessidade de sobrevivência, cada profissional da educação, analisando o seu projeto de vida e de sociedade, deve, na medida do possível, buscar espaços de possibilidades de ruptura, e não só de reprodução, obediência e execução alienada.

Numa perspectiva tecnicista, a preocupação maior é a construção do Plano e execução mecânica e racional do mesmo. Precisamos superar esta perspectiva. O planejamento é um processo contínuo de tomada de decisões. Planejar é um ato político, e não deve ser encarado como mero processo de acumular e aperfeiçoar formulários.

Para nomear o planejamento maior da escola com a nomenclatura Projeto Político Pedagógico houve várias discussões. Alguns sugeriam a retirada da expressão *Político*, outros defendiam a manutenção. A retirada da expressão *político* tem a intenção de relativizar esse caráter da ação da Escola. Ao realizar o seu planejamento global, a Escola deve conhecer a realidade social onde se insere e definir claramente seus pressupostos filosóficos e pedagógicos para o trabalho que irá realizar, posicionando-se na correlação de forças na luta de classes. Segundo Veiga (1995, p. 13)

(...) todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

Segundo FEIGES (1999, p. 67 e 68), a construção do PPP exige uma reflexão rigorosa sobre o papel da Escola, compromisso coletivo e definição de um projeto político que irá redefinir a prática pedagógica. A autora

nos remete a refletir seriamente sobre a dimensão crítica do trabalho educativo realizado pela escola e aponta para a necessidade de se construir um PPP emancipatório.

A construção coletiva nem sempre representa processo coletivo. Muitas vezes, o planejamento global da escola é feito de forma fragmentada, sendo elaborado pelos especialistas que na escola atuam. Nem sempre o PPP representa o consenso do coletivo. Às vezes, é definido pelos interesses empresariais dos donos das escolas, pelas políticas governamentais que obedecem a diretrizes internacionais e por princípios de movimentos sociais. A forma de organização que temos nas escolas (número de dias letivos, professores trabalhando em várias escolas, despreparo dos especialistas, dentre outros) muitas vezes, inviabilizam o encontro coletivo, portanto, o próprio coletivo.

A ação de planejar deve estar pautada no conhecimento profundo e amplo da realidade em questão. Não podemos planejar de forma igual para escolas urbanas, rurais, indígenas, em prisões e outras. É possível até se estruturar um plano⁶ antes desse conhecimento; porém, o planejamento deve ser definido, reavaliado, rearticulado e redirecionado sempre a partir dos aspectos sociais, econômicos, políticos e dentre outros que o contextualizam.

Após o conhecimento da realidade, é importante se definir a contribuição que o processo educativo dará a essa realidade, ou no sentido de reforçá-la, mantê-la, ou no sentido de se contrapor, romper.

Depois de se conhecer a realidade, aí, sim, podemos definir os objetivos. Não há neutralidade nos objetivos. Mesmo assim, nem sempre os objetivos anunciam que posições foram definidas. O professor deve estar atento ao que possa estar implícito nos mesmos.

Para isso, deve ter clareza de suas convicções políticas e pedagógicas em relação ao trabalho escolar, ou seja: o que pensa sobre o papel da escola na formação de cidadãos ativos e participantes na vida social, sobre a relação entre o domínio de conhecimentos e habilidades e as lutas sociais pela melhoria das condições de vida e pela ampla democratização da sociedade; como fazer para derivar dos objetivos amplos aqueles que correspondem às tarefas de transformação social, no âmbito do trabalho pedagógico concreto nas escolas e nas salas de aula (LIBÂNEO, 1991, p. 123)

Após essas fases iniciais – de conhecimento da realidade e de definição dos objetivos- é possível, no âmbito da escola, iniciar o planejamento das ações gerais da mesma. Conhecer a realidade e estabelecer objetivos são ações que contribuem para estabelecer a direção do PPP da escola, porém devem ser elementos significativos para uma tomada de decisão em relação a serviço de quem colocamos o processo educativo escolar. Construir e consolidar o PPP exige que façamos uma opção de classe. Não existe a possibilidade de nos mantermos neutros. Apesar de termos referenciado o

⁶ Há diferença entre plano e planejamento. Plano é o registro escrito do planejamento. O Plano é estático; às vezes, imposto como lei; e, às vezes, assimilado como possibilidade única. O Planejamento é a ação continuada e, a reflexão que fazemos dela. O planejamento é dinâmico.

poder do pacto entre os organismos internacionais com os órgãos educacionais internos na definição dos rumos da educação brasileira, consideramos a possibilidade de construirmos um movimento contra-hegemônico, colocando nosso PPP a serviço da classe trabalhadora no sentido de constituir-se classe para si.

É necessário, também, que se mantenha durante todo processo de planejamento (que antecede e acompanha a ação) uma avaliação com o intuito de definir, redefinir e redirecionar essa ação sempre com base nos objetivos estabelecidos.

Componentes do Projeto Político Pedagógico

Ao construirmos o PPP devemos considerar a definição de três atos (PARANÁ, 2006):

a) marco situacional – explicita como compreendemos a sociedade atual, como se caracteriza o contexto onde a escola está inserida, qual o papel da escola nesse contexto, a quem ela serve, apresenta uma análise crítica sobre os problemas existentes na escola e descreve o funcionamento da escola.

b) marco conceitual – em face da realidade descrita e analisada, define as concepções de educação, escola, gestão, currículo, ensino, aprendizagem e avaliação dão sustentação às nossas ações, ou seja, explicita claramente os fundamentos teóricos do PPP.

c) marco operacional – estabelece como dimensionar o trabalho pedagógico, ou seja, define as ações em termos de gestão (APMF, Conselho Escolar, Grêmios Estudantis), formação continuada dos trabalhadores da educação, parcerias, dentre outros.

Ao perceber claramente esses três marcos, poderíamos sugerir a composição do PPP com elementos (elementos podem ser introduzidos ou retirados de acordo com as necessidades/exigências que se apresentam em cada instituição) como:

1. Dados de identificação;
2. Justificativa;
3. Caracterização sócio-econômica da comunidade externa e interna;
4. Pressupostos filosóficos, psicológicos, legais e pedagógicos;
5. Objetivo geral da Escola ou por níveis de ensino;
6. Objetivos gerais das disciplinas;
7. Histórico da Escola;
8. Legislação escolar (decretos, pareceres que autorizam o funcionamento...);
9. Organograma da escola (e detalhamento das funções);
10. Matriz Curricular;
11. Planos de Ação da escola (da equipe técnico-pedagógica; projetos especiais);
12. Plano de Ensino de cada disciplina por área ou Planos de Curso;
13. Sistema de Avaliação (institucional, de estágios, do rendimento escolar...);
14. Regulamento Interno;
15. Inventário de bens;

16. Convênios/parcerias;
17. Projeto arquitetônico;
18. Adendos/atualizações.

Ao construirmos o PPP alguns aspectos devem receber atenção especial: modelo de gestão, formação dos trabalhadores em educação e currículo. Esses aspectos, em geral, não são discutidos pois, no processo de centralização as decisões sobre eles são retiradas do âmbito da escola. Ganham ênfase, em consequência do modelo de gestão desconcentrada apenas os aspectos financeiros que devem, gradativamente, ser assumidos pela comunidade.

Se a construção do PPP é um ato político é hora de encará-lo como instrumento para potencializar a luta de classes.

Referências

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO. **Informações básicas**. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2000.

BANCO MUNDIAL. **¿ Qué es el ?** Disponível em <http://www.bancomundial.org/queesbm.htm> Acesso em 30 de julho de 2002.

CALAZANS, Maria Julieta Costa. Planejamento da educação no Brasil – novas estratégias em busca de novas concepções. In. KUENZER, Acácia; CALAZANS, Maria Julieta Costa e GARCIA, Walter. **Planejamento e Educação no Brasil**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FEIGES, Maria Madselva. **A construção do Projeto Político Pedagógico**. Caderno Pedagógico número2. Curitiba: APP/Sindicato, março de 1999.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

NOGUEIRA, Francis Mary G. **Ajuda externa para a educação brasileira**: Da USAID ao Banco Mundial. Cascavel : Edunioeste, 1999.

PARANÁ. CADEP (Coordenação de Apoio à Direção e Equipe Pedagógica). **A construção coletiva do PPP**. Disponível em www8.pr.gov.br/portals/portal/cadep/projeto_construcao2005.pdf Acesso em 10 de setembro de 2006.

SAPELLI, Marlene Lucia Siebert Sapelli. **Projeto Político Pedagógico: a serviço de quem?** 2006 (mimeo).

VALENTE, Ivan. **Plano Nacional de Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político pedagógico da escola: uma construção coletiva. In. VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político**

Pedagógico da escola – uma construção possível. Campinas/SP; Papyrus, 1995